

DIÁRIO DE NOTÍCIAS		COMÉRCIO DO PORTO	-2. FEV. 1980
PORTUGAL HOJE		DIÁRIO POPULAR	
CORREIO DA MANHÃ		DIÁRIO DE LISBOA	
DIA		CAPITAL	
DIÁRIO		TARDE	
A TRIBUNA			
PRIMEIRO DE JANEIRO			
JORNAL DE NOTÍCIAS			

Quando começamos?



JACINTO DE MAGALHÃES

Fundação Cuidar o Futuro

Era evidente que a maratona legislativa do 5.º governo, intensificada particularmente após o conhecimento do resultado eleitoral de 2 de Dezembro de 1979 (não nos parece que, honestamente, alguém possa negar a exorbitância de um governo de gestão, nem a sua tentativa de hipotecar a acção do governo que viria a suceder-lhe), traria consequências desagradáveis ao actual executivo e impopulares, à maioria dos eleitores que, claramente, reprovou determinados projectos e tutelas de que o anterior executivo parecia aproximar-se. Se é possível, em todos os sectores, a constatação clara da degradação e da demagogia, que umas tantas medidas aí vieram lançar, não será de tanta facilidade a sua verificação no sector da saúde que, apesar das promessas, discursos, plenários e demagogias várias, se degrada paulatinamente, parecendo até que a degradação se acentua quanto mais herrarria se faz a apoiar o famosíssimo e nunca visto (ver-se-á um dia?) Serviço Nacional de Saúde, tema propiciatório de bela oratória em S. Bento, mas, até hoje, inexistente, ineficiente, invisível e sem qualquer efeito na saúde ou na doença dos contribuintes. O novo exe-

cutivo tinha, à partida, graves dificuldades, submergido como estava pela avalanche de legislação com que fora rasteirado mas pensamos que, porque representando uma clara maioria, tinha e tem as condições de enfrentar com êxito, a vertiginosa descida da qualidade dos cuidados de saúde e seus reflexos na qualidade de vida.

Num país que deseja aderir à Europa e que viu deturpadas propostas fundamentais como o são os da carreira do Generalista e, boicotados alguns como o regulamento dos Internatos, vias insofismáveis de Integração Europeia tornavam-se necessárias atitudes enérgicas, rápidas e englobadas num processo geral de moralização e de respeito pela vontade da maioria.

Se é verdade que temos visto um conjunto de medidas, correctamente equacionadas, em sectores fundamentais da vida nacional, não nos parece que, até ao momento, tais actuações tivessem chegado à saúde, sector de primordial importância e, onde, com raras excepções, tem campeado a ignorância, a incompetência e o primarismo.

Agora que tanto se fala de moralização das estruturas ao serviço do cida-

dão é boa altura para iniciar a redifinição de estruturas viciadas, instrumentalizadas e que se preparam para sobreviver.

O sector é por demasiado importante para a «lentidão portuguesa» e consequente permissibilidade de instalação de sabotadores, controladores ideológicos, etc., etc. Há quem cave trincheiras e, depois destas prontas, é mais difícil desalojar quem tem, como única missão, não permitir uma correcta definição de actuações, no costumeado desrespeito pela maioria do eleitorado.

As contemplações e morosidade da nossa burocracia são, neste momento, desfavoráveis à actuação do Governo. É bom que se não perca muito tempo e que se não contemporize. Há que não frustrar as esperanças de tanto voto confiado para que o rumo fosse outro.

Haverá quem ajude desde que se não permita que, uma outra vez, a desilusão se instale.

A qualidade nos serviços de saúde ainda não parou de descer. Há que impedir manobras e estatutos indevidos que, normalmente, cobrem incompetência ou interesses inconfessáveis.

QUANDO COMEÇAMOS?